

A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA CIDADE DE BOA VISTA/RR – DO RIO AO TRAÇADO URBANO E NOVAMENTE AO RIO

Prof. MSc. Rafael da Silva Oliveira
Universidade Federal de Roraima (UFRR)
Campus do Paricarana
Instituto de Geociências - Departamento de Geografia
Av. Cap. Ene Garcez, 2413, Aeroporto
69304-000 Boa Vista/RR - Brasil
rafasol@bol.com.br

Resumo

O presente artigo busca refletir sobre as transformações na organização espacial da cidade de Boa Vista, desde sua gênese até o presente momento. Sendo assim, o crescimento populacional, o surgimento de bairros, a carência infra-estrutural de espaços da cidade e as mudanças na relação cidade-rio são alguns dos temas abordados no *paper* em tela.

Neste sentido, estabelecemos três momentos, distintos e articulados, atrelados a organização espacial da cidade de Boa Vista, a saber: o primeiro momento associado a gênese da cidade – sendo marcado por fortes relações entre a cidade e o rio Branco; a segunda marcada pelo crescimento da cidade a partir do traçado urbano “de costas para o rio” e; o terceiro registrado a partir do final da década de 1990, quando o rio Branco volta a desempenhar importante papel influenciador na dinâmica organizacional e, principalmente, simbólica da cidade boavistense.

Cumpramos mencionar que tais transformações, nos sistemas de objetos e de ações, contribuem para acentuar as contradições no cerne do espaço em evidência, condicionando o surgimento de “cidades” dentro da cidade.

Palavras-chave: organização espacial – Boa Vista – rio Branco.

A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA CIDADE DE BOA VISTA/RR – DO RIO AO TRAÇADO URBANO E NOVAMENTE AO RIO

Prof. MSc. Rafael da Silva Oliveira
Universidade Federal de Roraima (UFRR)
Campus do Paricarana
Instituto de Geociências - Departamento de Geografia
Av. Cap. Ene Garcez, 2413, Aeroporto
69304-000 Boa Vista/RR - Brasil
rafasol@bol.com.br

Iniciando a conversa

Quando cheguei à cidade de Boa Vista (estado de Roraima), em dezembro de 2005, confesso que me encantei (e continuo encantado) com a referida capital – celebrada por seus moradores como a mais setentrional do Brasil – principalmente no que tange suas praças, orla e, sem dúvida, em especial, pela hospitalidade de todos.

Imagens como o Complexo Ayrton Sena, a Orla Taumanan e o Parque Anauá me fascinaram, sobretudo no horário noturno, cujos lugares supra listados ganham animação especial com o fervilhar do burburinho noturno gerado pelas pessoas que usufruem desses espaços de encontro e sociabilidade. Chafarizes, quadras, quiosques são animados por pessoas de todas as idades que caminham, conversam, brincam, praticam esportes, ou – simplesmente – contemplam o movimento das pessoas.

As referidas imagens ficaram um pouco desbotadas quando comecei a conhecer Boa Vista “como um todo”, pois me deparei com uma cidade injusta e com extremas contradições. O que antes encarava como imagens hoje as percebo como elementos que acentuam as contradições da cidade boavistense, onde os mais pobres não têm direito à cidade – na acepção mais ampla de Lefèbvre (2001) – apesar de estarem situados bem próximos das amenidades citadas anteriormente.

Neste caminho que pretendo objetivar minha reflexão, buscando compreender as cidades dentro da cidade, os olhares no cerne do olhar, as marcas mais profundas

escamoteadas na cicatriz superficial, partindo da compreensão dos processos históricos que – de certa forma – consubstanciaram para (re)organizar uma cidade repleta de contradições e injustiças chamada Boa Vista.

Sendo assim, procuraremos no presente artigo refletir sobre as espacialidades evidenciadas em Boa Vista, desde as reformas urbanas até as áreas mais carentes. Para atingirmos nossa pretensão vamos partir das transformações ocorridas ao longo da história, desde sua ocupação inicial às margens do Rio Branco, passando pelo plano urbanístico – calcado no “arruamento de costas” para o rio –, até as reformas de revalorização do rio através da construção da Orla Taumanan.

Neste contexto, iniciaremos refletindo acerca da noção de organização espacial e edificaremos raciocínio sobre a cidade de Boa Vista, à luz de suas transformações e contradições. Isto posto, subdividimos o estudo em tela em dois itens, a saber: I – *“Algumas palavras sobre organização espacial”* e; II – *“Da cidade exaltada à cidade ignorada: a organização espacial de Boa Vista e suas atuais contradições”*.

I – Algumas palavras sobre organização espacial

A organização espacial, estruturada através do acúmulo do trabalho humano ao longo do tempo, constitui-se na construção geográfica das sociedades (Moreira 2001), onde, através de uma relação dialética, cuja própria sociedade que organiza o espaço, acaba sendo influenciada e reorganizada por ele. Santos (1978, 130), sobre a questão nos aponta:

“O espaço é um fato social [...], um fato histórico, na medida em que o reconhecemos como um elemento de um conjunto e realiza assim uma dupla função que lhe assegura, efetivamente, a condição de fato histórico: de um lado, ele se define o conjunto; ele é simultaneamente produtor e produto; determinado; um revelador que permite ser decifrado por aqueles mesmos a quem revela; e, ao mesmo tempo, em que adquire uma significação autêntica, atribui um sentido a outras coisas”.

Cumpra, também, externar que, segundo Lefèbvre (1974), o espaço é fruto de uma série de relações, não sendo minorado em uma única e exclusiva relação, seja ela entre os atores da sociedade ou, mesmo, entre estes e os fixos espacialmente distribuídos. Sendo assim, o espaço em sua totalidade é efeito de relações passadas, permitindo, sugerindo, limitando ou, até mesmo, proibindo assim as ações presentes que implicarão nas futuras ações da sociedade. Neste sentido, convém ressaltar um termo utilizado e registrado por Moreira (1993) em sua tese de doutoramento – o *espaço, corpo do tempo* –, pois o espaço carrega as marcas (Berque 1998), os significados, os elementos, de uma sociedade, onde o espaço se torna a materialidade do acúmulo das relações travadas através do tempo e da vivência.

É pautando-se nesta relação dialética que o espaço, em sua totalidade, sofre mutações, pois a sociedade estimulada por questões de ordem capital, cultural e emocional se desloca, transforma, constrói e recria, levando assim as contradições evidenciadas no espaço. É neste movimento da sociedade que fixos perpetuam através dos tempos; onde espaços que, em outrora, eram prósperos são abandonados; surgem áreas mais valorizadas; alguns lugares recebem mais investimentos quando comparado com outros.

No tocante ao movimento da sociedade, Moreira (2001, 31) sublinha afirmando que

“a reprodutibilidade contraditoriamente desemboca na mobilidade do arranjo do espaço.

Mobilidade dos homens, das plantas e dos animais, mas também de produtos e capitais. Mobilidade que troca os sinais da distribuição dos cheios e vazios numa reconfiguração do espaço. Mobilidade que mina a territorialização e ambientalização do enraizamento cultural da sociedade longamente plantado pela prática do processo seletivo”.

Isto posto, é fora de dúvida, que a organização espacial fundamenta-se no processo de produção, reprodução, reflexo e condição de um grupo social. Corrêa (1986), edificando seu raciocínio concernente a organização espacial, aponta ser este reflexo da sociedade, exemplificado, sobre as formas herdadas do passado. As formas

espaciais pretéritas e presentes na organização hodierna apresentam uma funcionalidade efetiva em termos econômicos ou um valor simbólico que justifique sua permanência. Santos (1978) denomina como rugosidades as marcas do passado fixadas no espaço. O referido autor, ao versar sobre o assunto, destaca que

“[...] o espaço, espaço-paisagem, é o testemunho de um momento de um modo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo.

O espaço portanto é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas” (Santos 1978, 138).

A presença das formas pretéritas acabam condicionando nosso cotidiano. Sendo assim, se evidencia, ao projetar esse raciocínio no tempo, que o presente condiciona o futuro, ou seja, as formas espaciais presentes têm importante papel no futuro da sociedade.

Ainda refletindo acerca sobre os processos de mudança e permanência no cerne do espaço, Trindade Jr. (2001, 135) salienta:

“passíveis de uma datação, as diversas formas que compõem o espaço são também suscetíveis de ser suprimidas. Essas mutações podem dar-se por motivos estruturais ou funcionais, mas representam sempre uma resposta do espaço e de sua organização à dinâmica da sociedade. A mudança estrutural mantém íntima ligação com as formas. Quando velhas formas são alteradas para uma adequação às novas funções, significa dizer que a organização espacial existente não atende de maneira tão eficaz à dinâmica social de um novo momento histórico. Alteram-se, portanto, as formas e o

uso do solo, levando o espaço a se adequar ao movimento que lhe dá dinamismo”.

Neste contexto, para que se compreenda tal dinamismo, sendo esta a materialização do resultado das somas e subtrações outorgados pela sociedade, em sua totalidade, Santos (1985) aponta um conjunto de categorias de análise, afirmando que torna-se necessário que se interprete a relação dialética entre estrutura, processo, função e forma. Estas são as categorias analíticas que permitem a compreensão da totalidade social em sua espacialização.

Santos (1985) enfatiza que os homens organizam sua sociedade no espaço, e como a concepção e o uso que o homem faz do espaço sofre mudanças.

No bojo desta afirmação, o autor discorre que a forma é o aspecto visível, exterior de um objeto, como, por exemplo, uma casa, um bairro e uma cidade são formas espaciais de diferentes escalas.

Para o autor em tela, a função implicaria uma tarefa ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado. Isto posto, cumpre frisar, que a relação função e forma é direta, pois uma determinada forma é criada para desempenhar uma ou mais funções.

No tocante a estrutura, esta seria relativa ao modo como os objetos estão organizados e a maneira como estão inter-relacionados entre si. Sendo assim, estrutura é a natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo.

Por fim, o processo é definido como uma ação que se realiza continuamente, visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança.

Torna-se salutar deixar claro que as categorias supracitadas possuem caráter indissociável, sendo uma complemento da outra. Santos (1985) esclarece que analisadas individualmente, tais categorias analíticas representariam apenas realidades parciais, limitadas do mundo. Consideradas em conjunto, porém, e relacionadas entre si, elas constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em sua totalidade.

No próximo item iremos centrar nossa atenção nas transformações ocorridas na organização espacial da cidade de Boa Vista, buscando evidenciar os contrastes, as

alterações dos significados do rio e o papel do capital incorporador – acentuando o relevo de duas formas materializadas nos espaços da cidade: uma, caracterizada pela cidade exaltada – notadamente marcada pela valorização do capital e; outra, expressa pela cidade ignorada – onde predomina a precariedade e a falta de atenção.

II – Da cidade exaltada à cidade ignorada: a organização espacial de Boa Vista e suas atuais contradições

Nossa tarefa no presente item é estabelecer um panorama dos principais processos históricos que condicionaram nas alterações do espaço vivido da cidade em tela, sobretudo no que tange o surgimento de bairros, emergência e decadência de determinadas áreas ao longo do tempo, pois assim iremos montar um *composé* da atual realidade (contraditória) da cidade.

Isto posto, podemos estabelecer, grosso modo, três momentos vinculados à organização espacial da cidade de Boa Vista. Cumpre mencionar que a referida divisão busca apenas facilitar a reflexão desta complexa porção da realidade, não sendo nenhum momento encarado como estanque e, nem tampouco, indissociável dos processos históricos que contribuíram para o atual cenário boavistense.

A história da ocupação populacional de Boa Vista se confunde com o estudo da origem de Roraima. No final do século XVIII, os portugueses iniciam sua ocupação na área do alto rio Branco, instalando três fazendas estatais de gado, conhecidas como Fazendas Reais, a saber: Fazenda de São Marcos, Fazenda de São Bento e Fazenda de São José (Barros 1995).

A partir deste momento Roraima diminui seu isolamento, passando a investir na criação e abate de gado, tornando-se um importante fornecedor de carne para a sub-região ao norte do rio Negro (Silveira & Gatti 1988). Diniz (1998) aponta que o referido empreendimento pecuário, além do abastecimento para a sub-região supramencionada, desempenhava um papel geopolítico na ocupação do alto rio Branco pela Coroa Portuguesa. Barros (1995, 47), ao discorrer sobre a questão, enfatiza que *“somente os objetivos lusitanos de assegurar a posse territorial explicam o extraordinário esforço de ocupação pecuária nas altas partes do rio Branco”*.

Com a independência do Brasil, as Fazendas Reais passam a serem denominadas de Fazendas Nacionais que, por conta do abandono e carência de fiscalização, vão sofrendo invasões de iniciativas particulares (Silveira & Gatti 1988). Desde, então, as Fazendas e criatórios do alto rio Branco sofrem um processo de privatização – somente a Fazenda de São Marcos persiste até o momento hodierno, sendo pertencente à FUNAI. Por volta de 1840 foi instalada, as margens do rio Branco, a Fazenda de Boa Vista, sendo fundada, posteriormente (1858), a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo – cuja sede é a própria localidade de Boa Vista.

Sendo assim, no primeiro momento, a cidade de Boa Vista surge à margem direita do rio Branco a partir do pequeno povoado que se estabeleceu na fazenda de gado do mesmo nome (AMBTEC 1994). Sua gênese encontra-se intimamente dependente da navegação pelo rio Branco. Sua estrutura urbana herda as influências do estilo lusitano, sendo representada por lotes estreitos e casas conjugadas dos dois lados. As variações no relevo ribeirinho influenciavam na dinâmica de ocupação, ou seja, a cidade se posicionava de frente para o rio Branco (Barros 1995).

Em 1924, a cidade de Boa Vista era constituída por três ruas paralelas ao rio, contava, também, com poucas unidades construídas, sendo os edifícios públicos, as casas comerciais e a igreja encontravam-se localizadas próximas do porto fluvial.

Neste momento a dinâmica da cidade e sua estrutura organizacional assume feições de uma cidade tipicamente ribeirinha, cujas práticas interativas e o próprio modo de vida da cidade boavistense estão intimamente atrelados ao rio. Tal situação irá perdurar até meados da década de 1940, quando ocorre uma grande alteração em sua organização espacial, intervindo substancialmente nas relações dos cidadãos com a cidade em si.

Segundo Cavalcante (1945), em 1940 a cidade de Boa Vista contava com um número pouco superior a 1.100 pessoas, sendo que o município registrava 7.424 habitantes (IBGE 1990). Tendo seu dinamismo e comércio dependente do transporte fluvial, pois quase tudo que era consumido na cidade vinha de Manaus.

O segundo momento, marcado pela “racionalização” do espaço e pelo grande crescimento populacional – contribuindo para a emergência de diversos bairros –, ocorreu a partir de 1946, sendo evidenciado pela ruptura com as relações ribeirinhas,

marcando em Boa Vista um planejamento que, como Carlos Santos (1988) apontou ao discorrer sobre o planejamento urbano no Brasil, que ignorava o passado por conta do “futuro e progresso”. Sobre as transformações na organização espacial da cidade de Boa Vista, Barros (1995, 151), ao escrever sobre o referido assunto, aponta:

“a ‘cidade velha’ e lusitana dos tempos da pecuária exclusiva e dos primeiros esforços de mineração, remanesceu no declive do terraço ribeirinho, mirando o rio Branco, enquanto o estado federal tratou de construir uma nova cidade na superfície quase perfeitamente plana e monótona, de campos, com horizontes sem fim, em cuja direção iam as vias radiais, e dando as costas aos detalhes caprichosos dos níveis dos terraços ribeirinhos, das sinuosidades das margens do rio, e do verde da floresta ciliar do rio Branco.”

O referido plano urbanístico de 1946 – que alterou decisivamente o espaço da cidade – é marcado por uma ampla praça circular (de “costas para o rio”), onde estão localizados os poderes (Palácio do Governo, Assembléia Legislativa, Palácio da Justiça, Receita Federal) e uma nova igreja com traços mais modernos. Da referida praça partem radiais (para o norte, oeste e sul), sendo avenidas amplas que seguem em direção aos bairros mais distantes. Além da monumentalidade evidenciada na praça central – constituída por fixos associados à administração pública –, verificamos que os lotes são amplos e as edificações são isoladas, marcando assim uma cidade horizontalizada.

A partir deste momento a cidade passa a se expandir “de costas para o rio Branco”, fato verificado também no tocante ao debate na época que começava a considerar a necessidade da criação de outros eixos de transporte para realização do escoamento. Neste sentido, vários pesquisadores, principalmente engenheiros, apontavam acerca da importância/relevância do encurtamento das duas cidades em tela, chegando a propor, num primeiro momento, a criação de uma ferrovia e, posteriormente, uma rodovia para maximizar os fluxos e as relações econômicas, haja vista a dificuldade do contato entre Boa Vista e a principal cidade abastecedora da capital roraimense: Manaus (Souza 1977; Guerra 1957).

Convém registrar, que o primeiro traçado verificado da cidade de Boa Vista em direção à Manaus foi aberto pelos beneditinos, na década de 1930, a partir de concessão à Companhia Industrial do Rio Branco, pertencente ao Mosteiro de São Bento (Barros 1995). Tal iniciativa resultou no pequeno trecho entre Boa Vista e Mucajaí, mas, por falta de manutenção, rapidamente passou a condição de intrafegável (Guerra 1957).

Com o intuito de povoar a região, em 1944, o então governador do Território¹ o Cap. Ene Garcez trouxe para a região algumas famílias, fundando a chamada Colônia Fernando Costa nas margens do rio Mucajaí. Cumpre mencionar que tal iniciativa visava reduzir o alto custo de vida, principalmente no que tange a alimentação – que vinha pelo difícil trajeto Manaus-Boa Vista – para abastecer os mercados locais (Diniz 1998).

A dificuldade de acesso e o isolamento era um dos principais problemas dos colonos que, sem expectativas de melhora, regressavam para Boa Vista. Sendo assim, vários esforços foram registrados no sentido de ampliar a extensão da estrada, mas, somente no final da década de 1940, o governo do Território alcançou Caracaraí.

Neste momento Caracaraí se consolida por conta do seu papel estratégico, principalmente no processo de transporte do Baixo Rio Branco até Manaus (AMBTEC 1994). Tal situação contribuiu para que em 1955 fosse instalado o município de Caracaraí, constituído com parte das terras de Boa Vista e Catrimani², formando – juntamente com Boa Vista – os dois núcleos mais antigos no povoamento do Vale do Rio Branco.

Entre meados das décadas de 1940 e 1980, apesar da criação do município de Caracaraí – que passava a desempenhar importante papel de escoamento e recebimento de mercadorias até o seu porto para que fosse transferido, posteriormente, para Boa Vista pela estrada – vários incentivos do governo contribuíram para o crescimento da população urbana concentrada na capital (Vale 2005). A presente afirmação ganha contornos mais explícitos ao analisarmos o surgimento e expansão dos bairros.

Se compararmos as décadas de 1940 e 1960, perceberemos que a população do município de Boa Vista saltou de 7.424 para 28.871 (IBGE 1990), sendo

prioritariamente seu contingente concentrado no sítio urbano. Nos anos 1960 o perímetro urbano, segundo Vale (2005, 84), “[...] coincidia com a área central atual, delimitada pelo igarapé Calungá e pelas avenidas Terencio Lima e Major Williams”.

Cumprir mencionar que além dos incentivos do governo, a chegada de levas de migrantes ocorreu, também, graças à atração exercida pelos garimpos de diamantes situados na serra do Tepequém e nos vales dos rios Mau, Cotingo e Suapi (Barros 1995).

Já na década de 1970 ocorre uma expansão da área periférica, sobretudo por conta da implantação do 6º Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC), que passou a ocupar uma expressiva extensão de terras no chamado bairro Mecejana. No final da década em tela, surgem novos conjuntos habitacionais, ampliando significativamente os bairros Aparecida, São Pedro, São Francisco, 31 de março e Canarinho.

Apesar do garimpo de diamantes em Roraima existirem desde o final da década de 1930, seu “boom” ocorreu no final dos anos 1980, especialmente a partir do período de transição da condição de Território Federal para Estado, que acabou ocasionando na aparição e aumento das tensões entre índios e garimpeiros. O fluxo de garimpeiros para Roraima vai influenciar na organização espacial da capital, sendo estimulado pelo próprio poder público. Como nos mostra Barros (1995, 153):

“áreas na periferia, com lotes doados gratuitamente pelo poder público, foram freneticamente ocupadas por habitações no período recente do garimpo (1987-90), como o bairro de Asa Branca, enquanto ao mesmo tempo aconteciam invasões no bairro do Beiral (sic), às margens do rio Branco, ao sul e contíguo à ‘velha cidade’ (ao sul do centro antigo, i. é, do centro ribeirinho). Antes que muitas casas estivessem prontas, a desarticulação do garimpo deixou centenas de habitações semi-acabadas, e fechadas, posto que a razão para a permanência destes moradores em Boa Vista não mais existia.”

Verificamos que entre 1987 e 1990, foi registrado o maior fluxo migratório em Boa Vista, estimulados pela busca do ouro nos garimpos de Roraima a população quase dobrou o número de habitantes – de 72.758 em 1987 para 115.247 em 1990, segundo os dados do IBGE/RR. O crescimento em comento vai suscitar no surgimento de diversos bairros, notadamente ausente de infra-estruturas mínimas para sua existência.

A partir do registro supramencionado evidenciamos que enquanto a periferia aumentava suas dimensões, como ocorreu com a criação do bairro Asa Branca – a partir do afã garimpeiro, construindo casas que ficavam abandonadas, pois seus proprietários passavam boa parte do ano isolados nas áreas de garimpo – consolidava-se uma área de invasão: o Beiral (área situada no centro).

Isto posto, a década de 1980 é marcada pela produção e consolidação de novos bairros na cidade, a saber: em 1981 surgem os bairros São Vicente, São Vicente Industrial e 13 de Setembro; em 1982, são criados os bairros Pricumã, Liberdade, Marechal Rondon, Centenário e Caçari I; em 1984 aparecem os bairros Caçari II e Cauamé; em 1985 Buritis e Caimbé; em 1986 surgem os bairros Asa Branca e Tancredo Neves e; em 1989 são criados os bairros Paraviana e Cambará.

A partir do início dos 1990, além da migração inter-regional, verifica-se forte intensificação da migração intra-regional, marcando assim um grande êxodo rural no cerne do estado de Roraima. Neste contexto, novos bairros surgem como consequência: Caranã, Nova Canaã, Jardim Tropical, Jardim Equatorial, Nova Cidade e Pintolândia.

Cumprir mencionar que a cidade de Boa Vista, neste segundo momento, se dilata sem desenvolver, ou seja, ampliou suas dimensões, mas de maneira precária, concentrando as amenidades e os equipamentos urbanísticos no centro e nos bairros mais imediatos. Neste sentido, bairros surgem em poucos dias sem nem, ao menos, dispor de energia elétrica e água encanada contribuindo assim para (re)produção da injustiça sócio-espacial.

Já o terceiro momento é marcado pelas transformações espaciais ocorridas a partir do final dos anos 1990 até o momento hodierno. Nesse período, em pleno curso, percebemos a inserção de novas formas espaciais, contribuindo para a (re)valorização

de uma porção da cidade, aumentando assim as disparidades sócio-econômicas e espaciais.

No cerne do momento em tela o rio Branco volta a desempenhar importante papel influenciador na dinâmica organizacional e, principalmente, simbólica para cidade de Boa Vista, só que – ao contrário do início do século XX – para fins de especulação imobiliária e potencialização turística na orla fluvial.

Trindade Jr., Amaral & Santos (2006, 60), ao discorrerem sobre as políticas e a gestão urbanas na orla fluvial de Belém, afirmam que

“hoje, [...], uma nova dinâmica tem alterado tanto a estrutura espacial anterior, como a forma de viver e de se relacionar, dos homens entre si e destes com o rio. A cidade parece olhar para a modernidade, deixando para trás um ritmo, um tempo, que mesmo próximo, lhe parece remoto. Instalam-se ritmos, tempos, relações, movimentos, símbolos, representações, enfim, uma nova dinâmica que altera não só uma estrutura espacial anterior, mas, e principalmente, uma forma de viver e de se relacionar, dos homens entre si e dos homens com a natureza, tornada residual. A produção do espaço na orla da cidade sintetiza bem essa nova forma urbana, revelando novos conteúdos sociais”.

Sendo assim, as mudanças dos sistemas de objetos e sistemas de ações, conduzem a cidade e seus cidadãos para assunção de novas práticas e representações que buscam, de certa forma, reconstituir o elo perdido imposto pelo crescimento “de costas para o rio”. Cumpre externar que tal dinamismo busca fôlego, na imagem que se cria, ou do simulacro, de “cidade ribeirinha”, cujo elemento “rio” passa a ser um item de valorização do espaço e da reconstrução de uma imagem evanescente.

Neste sentido, o rio passa a ser um produto, onde morar com “vista para o rio Branco” passa a ser um dos argumentos dos empreendedores imobiliários. No bojo da referida postura os bairros Caçari e River Park passam a sofrer neste momento uma

forte valorização imobiliária, passando a abrigar os mais abastados. O fato se confirma após o início das obras do primeiro edifício residencial “Varandas do Rio Branco”.

O edifício Varandas do Rio Branco recebeu esse nome pelo fato de proporcionar uma visão para o rio Branco de qualquer apartamento. Será composto por 18 andares e 36 apartamentos (com 169 metros quadrados cada). Os apartamentos terão três suítes, sala de estar, escritório, cozinha e área de serviço. No exterior do edifício, está sendo construído um grande pátio para eventos, além de piscinas, quadra de esportes, áreas de recreação e estacionamento.

Em entrevista concedida ao jornal Folha de Boa Vista, em 23/06/2006, O diretor da incorporadora Platinum – Ricardo Bezecry –, explicou que a construtora está contribuindo com Boa Vista, uma vez que o edifício residencial Varandas do Rio Branco é o primeiro na Capital. E disse acreditar estar fazendo uma contribuição para a sociedade local, proporcionando que as pessoas conheçam essas novas tendências do mercado. O edifício ainda está em fase da construção da estrutura, no entanto, a empresa já comercializou mais de 50% dos apartamentos e a previsão para a entrega da obra finalizada será em 30 de junho de 2008.

No tocante ao turismo, a Prefeitura de Boa Vista reestruturou, em 2005, a orla fluvial situada no local do início da cidade em tela, a tornando atrativa para o turismo. Quiosques, restaurantes e duas plataformas foram construídos para estimular o deslocamento de moradores e turistas para visitarem o rio Branco. A referida orla, denominada como Taumanan, é repleta de referências sobre o passado concernente à gênese da cidade e sua relação com o rio Branco, visando uma construção do imaginário ribeirinho.

Com o intuito de estabelecer um contraponto entre a imagem criada e “comprada” por poucos com a realidade vivida pela grande maioria da população da referida cidade, apresentamos sucintamente dois exemplos, a saber: o Beiral e o Conjunto Cidadão.

O Beiral, como já registrado anteriormente, é um conjunto situado no centro que surgiu em meados da década de 1980. É considerado um dos locais mais precários da cidade, apesar de estar situado no centro. Residências precárias, problemas com saneamento básico e com altos índices de violência, é uma das diversas porções

esquecidas da cidade, apesar de distar poucos metros da orla que sofreu grandes alterações para sua melhoria. A comunidade do Beiral vive basicamente do comércio da pesca realizada no rio Branco. O Beiral é a resistência ribeirinha dentro da cidade beira-rio, onde certamente não lhe sobrou muito espaço e, nem tampouco, atenção.

Já o Conjunto Cidadão, situado no Bairro Senador Hélio Campos, se encontra na porção oeste da cidade. Foi criado em janeiro de 2003 pelo Governador eleito Flamarion Portela, como cumprimento de uma promessa de campanha onde tinha assumido o compromisso de diminuir o déficit habitacional do estado de Roraima. O referido ex-governador tinha prometido durante a campanha eleitoral construir mil casas caso ganhasse a eleição (Carvalho & Araújo 2006). Atualmente o referido conjunto possui 980 residências, distribuídas em 33 quadras, com uma área total de 1.000.492m², incluindo áreas verdes e institucionais.

As referidas casas foram construídas pela própria população, em sistema de mutirão, onde não houve um planejamento adequado para a construção do Conjunto supramencionado, pois este foi inserido dentro de uma nascente difusa que no período de maior incidência de chuva forma-se um complexo lagunar, causando enchente.

Falta de saneamento básico, poluição e degradação ambiental, falta de pavimentação e ausência dos serviços públicos ou atividades que envolvam a sociedade são alguns dos diversos problemas enfrentados pelos moradores do Conjunto Cidadão e de vários bairros da cidade boavistense.

O Conjunto Cidadão é um exemplo dentro de diversos conjuntos e bairros de Boa Vista que se constituíram a partir de interesses eleitoreiros, onde a manutenção da pobreza e da má qualidade de vida urbana contribui para alimentar somente o interesse de uma parcela política que conseguem seus votos nessas áreas através de promessas de campanha.

Isto posto, é indubitável a presença de algumas cidades dentro da cidade, constituída por dois eixos principais, a saber: de um lado, bairros emergentes se consolidam dentro nas novas práticas e significações construídas em torno do rio Branco e; de outro, a cidade das formas excluídas, constituída por bairros precários e sem infra-estrutura, criadas a partir de projetos do governo de ocupação ou de promessas eleitoreiras.

Considerações Finais

Que cidade queremos? Creio que devemos começar a pensar em uma cidade onde a justiça social se manifeste nos espaços e não em “alguns espaços”. As cidades vivem transformações no bojo da modernização que acentuam as desigualdades sociais – apresentando, em detrimento da maioria, diversas formas de pobreza.

Ao longo do tempo, as transformações espaciais na Boa Vista contribuíram para expandir os espaços da cidade, mas não os benefícios oferecidos por ela. Como se a cidade negasse parte da mesma. Tal situação nos faz lembrar a contribuição de Orozco (2005, 278-280) ao versar sobre a urbanização da miséria em Cali:

“Lo que queda al margen de los beneficios es marginal. Lo que no alcanza a constituir ciudad plena, genera desorden. Lo que no es ciudad, es no-ciudad; es aglomeración dentro del sistema urbano. [...] No sobra decir que en estos pocos entornos da ciudad, se percibe como de *mal gusto*, la presencia de pobladores de la no-ciudad, [...] la negación de la ciudad como tesis no pretende desaparecer la cosa (la ciudad), asunto por demás imposible, sino evidenciar (con palabras) que la cosa, cuando existe, no existe para todas y todos; la cosa ha sido negada para grupos importantes de población a quienes sólo se les entregan palabras.”

A não-cidade se apresenta na condição de inquietação e insatisfação frente às contradições que se impõem no âmago da cidade. É necessário pensar uma outra cidade, distinta da hodierna, onde os espaços da injustiça se tornem lugares que possibilitem o pleno direito à cidade.

Acreditamos que compreender as transformações e contradições das cidades ao longo da história já é um importante passo. Sendo nosso desafio atual, mais do que nunca, edificar reflexão sobre Como? Quem? E Para quem? estamos e queremos construir nossa cidade.

Notas

¹ Em 1943 o Governo Federal criou o Território Federal do Rio Branco, sendo alterado em 1962 para Território Federal de Roraima – visando evitar a confusão que geralmente ocorria com a capital do Acre – e em 1988 passa a condição de Estado de Roraima (Freitas 1997).

² Quando o Território Federal do Rio Branco foi criado, juntamente com ele criaram o município de Catrimani que nunca foi instalado (Cavalcanti 1945; Guerra 1957).

Referências Bibliográficas

- AMBTEC, Fundação do Meio Ambiente e Tecnologia de Roraima. 1994. *Roraima. O Brasil do hemisfério norte: diagnóstico científico e tecnológico para o desenvolvimento*. Roraima: AMBTEC.
- Barros, Nilson Cortez Crócia de. 1995. *Roraima: paisagens e tempo na Amazônia setentrional*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco.
- Berque, Augustin. 1998. Paisagem-marca e paisagem-matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. En *Paisagem, tempo e cultura*, eds. Rosendahl, Zeny & Corrêa, Roberto Lobato, 84-91. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Carvalho, João Quêndido Gomes & Araújo, Rosilene Nogueira de. 2007. Algumas considerações sobre os impactos na nascente do igarapé Caranã, Boa Vista-RR. *Revista Acta Geográfica*. Boa Vista, I (1) :95-103.
- Cavalcante, Araújo. 1945. *Recuperação e desenvolvimento do Vale do Rio Branco*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Corrêa, Roberto Lobato. 1986. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática.
- Diniz, Alexandre. 1998. A evolução da fronteira em Roraima: o caso das confianças I, II e III. En *Formação do espaço amazônico e relações fronteiriças*, ed. Alves, Cláudia L. E, 150-179. Boa Vista/RR: UFRR.
- Folha de Boa Vista. 2006. Varandas do Rio Branco – apartamento está aberto à visitação. *Cidades*. Boa Vista/RR, 23 de junho de 2006.
- Freitas, Luiz A. S. de. 1997. *Políticas públicas e administrativas de Territórios Federais Brasileiros*. Boa Vista/RR: Corprint gráfica e editora Ltda.

- Guerra, Antônio Teixeira. 1957. *Estudo Geográfico do Território do Rio Branco*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1990. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais – 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Lefèbvre, Henri. 2001. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- _____. 1974. *La production de l'espace*. Paris: Editions Anthropos.
- Moreira, Ruy. 2001. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. *Geographia*, III (5) :19-41.
- _____. 1993. *Espaço, corpo do tempo (a construção geográfica das sociedades)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP.
- Orozco, David Millán. 2005. La urbanización de la miseria en Cali. En *Espacios urbanos no con-sentidos. Legalidad e ilegalidad em la producción de ciudad – Colombia y Brasil*, ed. Patiño, Análida Rincón, 269-296. Medellín: Universidad Nacional de Colombia/Escuela de Planeación Urbano-Regional.
- Santos, Carlos N. 1988. *A cidade como um jogo de cartas*. Rio de Janeiro: EdUFF; São Paulo: Projeto Editores.
- Santos, Milton. 1985. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel.
- _____. 1978. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: HUCITEC/Edusp.
- Silveira, I. & Gatti, M. 1988. Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização. *Boletim do Museo Paraense Emilio Goeldi: Antropologia* 4 (1) :43-64.
- Souza, João Mendonça de. 1977. *A Manaus-Boa Vista (roteiro histórico)*. Manaus/AM: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas.
- Trindade Jr., Saint-Clair Cordeiro da; Amaral, Márcio Douglas Brito & Santos, Emmanuel Raimundo da Costa. 2006. Estado, políticas urbanas e gestão do espaço na orla fluvial de Belém. En *Belém de águas e ilhas*, ed. Castro, Edna, 59-84. Belém: CEJUP.
- Trindade Jr., Saint-Clair Cordeiro da. 2001. Estrutura, processo, função e forma: aplicabilidade à análise do espaço intra-urbano. En *Ensaio de Geografia Contemporânea – Milton Santos – obra revisitada*, ed. Alessandri Carlos, Ana Fani, 133-140. São Paulo: HUCITEC/Edusp/Imprensa Oficial.

Vale, Ana Lia Farias. 2005. *O "Ceará" em Roraima. Migração de cearenses: 1980-1999*. Jaboticabal: FUNEP.